

PROCESSO Nº  
-143/15-

REG. PROC. Nº  
-06-

FL. 1  
FOLHA Nº  
-16V-



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

AUT. 67/15


PROJETO DE LEI Nº 72/15

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências.

Autor: de Prefeito Municipal

### AUTUAÇÃO

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2015  
autuo o P.L. nº 72/15 e o of. nº 741/15 em frente.

Eu, , subscrevi



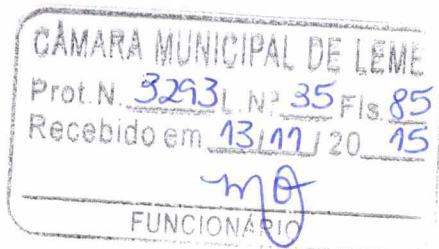
**Prefeitura do Município de Leme**  
Estado de São Paulo  
**Gabinete do Prefeito**



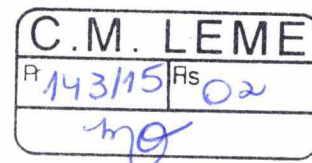
PARA LEME AVANÇAR

Ofício nº 741/15

Leme, 12 de novembro 2015.



Excelentíssimo Senhor,



Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei ~~Complementar~~ que:

*“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”.*

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme

Rafael Maradei  
Secr. Negócios Jurídicos

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**EDUARDO LEME DA SILVA**  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP  
Nesta

# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 143  
fls 16v, do Registro de Processo nº 06  
Leme, 13 de novembro de 20 15  
Funcionário 79



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



**PROJETO DE LEI Nº 72 /2015**

C.M. LEME	
Rm 143/15	Rs 03
mg	

**“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”**

Ademir Donizeti Zanóbia, Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 413.625,42 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
6	5	300.0042	02.11.01-103010016.1.041000-4.4.90.93	9206	R\$ 3.350,82
0	2	100.0033	02.20.01-206050028.1.065000-3.3.90.30	8366	R\$ 20.000,00
0	2	100.0039	02.09.01-154520014.2.015000-4.4.90.93	9212	R\$ 274,60
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 23.625,42
UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.023000-3.1.90.11	9213	R\$ 350.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.023000-3.1.91.13	9214	R\$ 40.000,00
Total Art. 43, § 1º, III - L.4.320/64					R\$ 390.000,00
Total					R\$ 413.625,42

**§ 1º** - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 23.625,42 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 2º** - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), correrá por conta de **anulação parcial**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações:



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**Decisão**  
PARA LEME AVANÇAR

<b>C.M. LEME</b>	
R 143/15	Rs 04
mg	

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.008000-3.3.90.30	2277	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.008000-3.3.90.39	2295	R\$ 50.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.008000-4.4.90.52	2308	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.023000-3.3.90.30	2383	R\$ 290.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.099040-3.3.90.30	2499	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.099040-3.3.90.36	2509	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.099040-3.3.90.39	2515	R\$ 10.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 390.000,00</b>

**Artigo 2º** – As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2015.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 15 de Outubro de 2015.

  
**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme



**JUSTIFICATIVA**

C.M. LEME	
R 143/15	Rs 05
mg	

Através da Lei Municipal nº 3.391, de 30 de dezembro de 2014, foi estimada a receita e fixada a despesa para o exercício de 2015.

Ocorre que se faz necessário as seguintes alterações no Orçamento:

- Considerando a alteração na execução de alguns programas e ações, é necessário a criação de dotações orçamentárias para pagamento de pessoal civil no PAB Fixo – Piso Atenção Básica Fixo, para adequação da folha de pagamento do quadro do executivo na Secretaria de Saúde;
- Considerando a necessidade de restituição de saldo remanescente de alguns convênios é necessário a criação de despesas para tal fim;
- Considerando convênio entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura;

Considerando que o “SEIAA, Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento”, tem como objetivo fortalecer o sistema municipal de assistência técnica e extensão rural e melhoria da estrutura de apoio aos produtores rurais do município, visando promover o desenvolvimento rural sustentável;

Venho mui respeitosamente, propor este Projeto de Lei, para adequação das peças de planejamento orçamentário do município, visto que as alterações propostas visam mais benefícios e um melhor atendimento para a população.

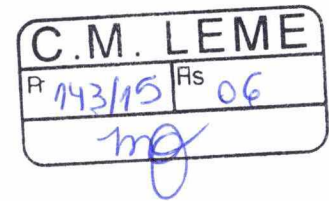
  
**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**



Leme, 11 de Novembro de 2015.



**Ofício nº 177/2015 – SMF**

Instruído conforme ofício nº 922/2013, segue análise resumida dos itens que competem a essa Secretaria (a, b e c), para garantia de celeridade, eficiência e clareza do Projeto de Lei de Alterações Orçamentárias proposto:

- a) Minuta do projeto de Lei, acompanhada de justificativa (anexo);
- b) Aspectos financeiros e Estimativa de Impacto Orçamentário (arts. 15, 16 e 17 LC 101/00):
  - As despesas criadas por excesso de arrecadação, dispõem de suporte de caixa, pois as mesmas são de recursos de transferência Estadual e Federal específicos, conforme estimativa de impacto orçamentário anexa;
  - As despesas criadas por anulação de dotação orçamentária, não terão impacto financeiro-orçamentário, pois os valores já estavam previstos no valor aprovado para o Orçamento 2015;

Encaminhe-se para as providências cabíveis.

Atenciosamente.

  
**Marco Antônio Donadelli**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**

À  
**Secretaria de Negócios Jurídicos**  
**A/C: Rafael Maradei**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



**Estimativa de Impacto Orçamentário**

C.M. LEME	
R 143/15	Rs 07
mg	

**Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000**

**Lei de Responsabilidade Fiscal**

**FINALIDADE:** “DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PROPOSTAS EM PROJETO DE LEI NA SECRETARIA DE SAÚDE E AGRICULTURA.”

Declaro que as despesas a serem criadas para execução dos programas provenientes de Transferências Estaduais dispõem de saldos em caixa suficientes para atendimento dos dispêndios, e que por meio de projeto de Lei está incluindo as alterações necessárias nas peças de planejamento PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

As dotações orçamentárias a serem criadas estão alocadas na Secretaria de Saúde e Agricultura.

A expectativa é que a execução desses programas seja durante o exercício de 2015, segue assim o cálculo do impacto das despesas:

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE NOVAS DESPESAS	
<b>Impacto - Secretaria de Saúde - FR: 05</b>	
Previsão Orçamentária Transferências Federais 2015 (Prefeitura)	R\$ 27.740.406,00
Previsão Orçamentária Transferências Federais 2015 (Saúde)	R\$ 15.841.196,00
Acréscimos propostos no projeto de lei	R\$ 3.350,82
Impacto sobre as Transferências Federais 2015 (Prefeitura)	0,012%
Impacto sobre as Transferências Federais 2015 (Saúde)	0,021%
<b>Impacto - Prefeitura Geral - FR: 02</b>	
Previsão Orçamentária Transferências Estaduais 2015 (Prefeitura)	R\$ 45.580.241,00
Acréscimos propostos no projeto de lei	R\$ 20.274,60
Impacto sobre as Transferências Estaduais 2015 (Prefeitura)	0,044%

**Leme, 15 de Outubro de 2015.**

  
**Bruna Vieira Coelho**  
Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento

  
**Ademir Donizeti Zanóbia**  
Prefeito do Município de Leme

A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 13/11/15

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**JUNTADA**

Em 13 de novembro de 2015  
raço juntada a estes autos do processo  
judicial  
\_\_\_\_\_  
Funcionário mg



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
R 143/15	Rs 08
<i>mg</i>	

**PROJETO DE LEI Nº 72/2015**

**EMENTA:** “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

**PARECER**

Senhor Presidente.

A iniciativa legislativa de projetos de lei que versem sobre a abertura de créditos adicionais é exclusiva do Senhor Prefeito Municipal, vez que tal operação implica em alteração da peça orçamentária referente ao exercício financeiro em curso.

O projeto de lei em exame deve necessariamente ser aprovado por **MAIORIA SIMPLES** dos membros do legislativo, conforme preconiza o **art. 29, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LEME**.

A abertura de crédito adicional especial está prevista na **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, que estatui normas gerais de direito financeiro.

A propósito, reza o **artigo 41, II**, da lei federal:

**“ART. 41. OS CRÉDITOS ADICIONAIS CLASSIFICAM-SE EM:**



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
R 143/15	Rs 09
mg	

(...) II - ESPECIAIS, OS DESTINADOS A DESPESAS PARA AS QUAIS NÃO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA;"(GRIFOS E DESTAQUES MEUS).

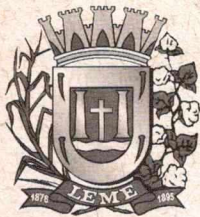
O dispositivo legal colacionado confere o necessário suporte para a realização de abertura de créditos adicionais especiais para suprir gastos desprovidos da correspondente dotação orçamentária.

**J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis** comentam sobre os créditos adicionais especiais, senão vejamos:

"O CRÉDITO ESPECIAL CRIA NOVO PROGRAMA PARA ATENDER A OBJETIVO NÃO PREVISTO NO ORÇAMENTO. DESTARTE, À MEDIDA QUE MELHORA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E QUE SEUS RESULTADOS SÃO EXPRESSOS EM PROGRAMAS NO ORÇAMENTO, TENDEM A DESAPARECER OS CRÉDITOS ESPECIAIS."

ASSIM, TODA VEZ QUE FICAR CONSTATADA A INEXISTÊNCIA OU A INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DETERMINADA DESPESA, O EXECUTIVO TERÁ A INICIATIVA DAS LEIS QUE AUTORIZEM OS CRÉDITOS ADICIONAIS, ESPECIAIS E SUPLEMENTARES E, POSTERIORMENTE À SUA APROVAÇÃO PELO LEGISLATIVO, EFETIVARÁ SUA ABERTURA POR DECRETO." (in "A LEI 4.320 COMENTADA", 25ª ed., IBAM, 1993, p. 90/91).

O comentário acima alerta para a necessidade de desenvolver um processo de planejamento eficiente que reduza o elevado número de operações desta natureza.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
R 143/15	Rs 10

Prosseguindo em nossa análise, segue abaixo dispositivo legal também aplicável ao caso em tela, senão vejamos:

**“ART. 43. A ABERTURA DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER À DESPESA E SERÁ PRECEDIDA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA.” (GRIFOS MEUS).**

O projeto em comento apontou o excesso de arrecadação como fonte para a abertura do crédito especial, e está devidamente embasado no art. 43, §1º, II da Lei 4.320/64.

No tocante ao processamento dos créditos adicionais, reportamos ao art. 42 do diploma legal federal já citado, que reza:

**“ART. 42. OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS SERÃO AUTORIZADOS POR LEI E ABERTOS POR DECRETO EXECUTIVO.**

Para a consecução da operação em exame, a lei impõe a existência de prévia autorização legislativa e a expedição de decreto emanado do poder executivo.

Cabe, ainda, ressaltar que a lei orçamentária anual poderá conter autorização para a abertura de créditos especiais até determinada importância, conforme prevê o art. 7º, I, da lei 4.320/64, bem como o §8º do art. 165 da Constituição da República.

Assim sendo, é imprescindível verificar se já foi atingido o limite estabelecido na peça orçamentária em execução para avaliar a necessidade de submeter tal ato ao crivo da Câmara de Vereadores.

*[Handwritten signature]*



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
R 143/15	Rs 11
mg	

E, por fim, aduzimos que o projeto em exame está em plena consonância com a legislação pertinente à matéria, restando aos nobres edis analisar o mérito da questão, apreciando a operação em comento com as cautelas de praxe.


**CONCLUSÃO:**

**ENTENDEMOS, S.M.J., QUE A PRESENTE PROPOSITURA É LEGAL E ESTÁ BEM REDIGIDO E INSTRUÍDO, PORTANTO, EM CONDIÇÕES DE INICIAR A TRAMITAÇÃO PERANTE ESTA EGRÉGIA CASA DE LEIS.**

**EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 78 DO REGIMENTO INTERNO, O PRESENTE PROJETO DEVERÁ SER APRECIADO PELA(S) SEGUINTE(S) COMISSÃO(ÕES) PERMANENTE(S): JUSTIÇA E REDAÇÃO; E, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;**

**É O NOSSO PARECER.**

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin",  
em 13 de novembro de 2015.

  
**Lisânia Cristina Alves De Carli Azevedo de Góis**  
Procuradora Jurídica



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Expediente

16 / 11 / 2015

PRESIDENTE

C.M. LEME	
R 143/15	Rs 12
<i>mg</i>	

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 16 / 11 / 15

**VISTA**

Em 17 de novembro de 20 15

Com vista as comissões

Funcionário *mg*

**JUNTADA**

Em 18 de novembro de 20 15

raço juntada a estes autos do parecer  
das comissões

Funcionário *mg*



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI Nº 72/15**

**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

C.M. LEME	
R 14 3/15	Rs 13
mg	

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,**

**e**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.) -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Prefeito Municipal que busca a autorização Legislativa para abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 413.625,42 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos) por conta de anulação parcial.

2.) -

Tais valores, segundo a justificativa ao projeto informa a alteração na execução de alguns programas e ações, para o pagamento de pessoal civil no PAB Fixo, ainda, a restituição de saldo remanescente de alguns convênios, mais o Convênio entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município e, por fim o objetivo do SEIAA em fortalecer o sistema municipal de assistência técnica e extensão rural e melhoria da estrutura de apoio aos produtores rurais do município.

3.) -

Ressalta-se ainda a disposição no art. 2º do projeto de lei em questão, que as alterações serão consideradas no Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2015.

4.) -

No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação, estando o projeto bem redigido e instruído nada obsta que seja



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 143/15	Rs 14
mg	


apreciado pelo Plenário desta Casa, razão porque emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

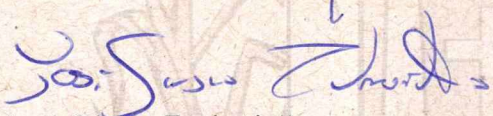
5.] –

De outro aspecto, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo a Legislação pertinente à matéria, de forma que a Comissão de Orçamento, Finanças é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 18 de novembro de 2015.


Pela Comissão de C.J.R.


  
Maria Izabel Aparecida Parolim  
Presidente

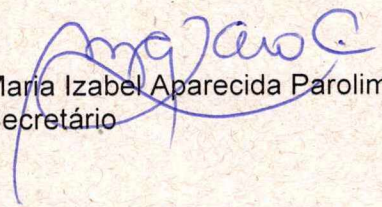
  
José Sérgio Zachariotto  
Vice-Presidente

Osvair Antunes da Silva  
Secretário

Pela Comissão de O.F.C.

  
Osvair Antunes da Silva  
Presidente

  
Francisco Ferreira da Silva  
Vice-Presidente

  
Maria Izabel Aparecida Parolim  
Secretário



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
R 143/15	Rs 15
mg	


**A Ordem do Dia**

23 / 11 / 2015

**PRESIDENTE**

PROJETO DE LEI Nº 72/15, APROVADO POR UNANIMIDADE, EM 1ª E 2ª VOTAÇÃO.

Em, 23 de novembro de 2015.

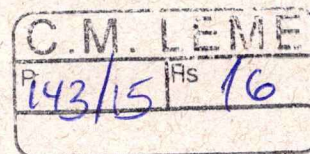
  
Gilson H. Lani  
Presidente



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Redação Final**

**PROJETO DE LEI Nº 72/15**



**Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências.**

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 413.625,42 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
6	5	300.0042	02.11.01-103010016.1.041000-4.4.90.93	9206	R\$ 3.350,82
0	2	100.0033	02.20.01-206050028.1.065000-3.3.90.30	8366	R\$ 20.000,00
0	2	100.0039	02.09.01-154520014.2.015000-4.4.90.93	9212	R\$ 274,60
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 23.625,42
UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.023000-3.1.90.11	9213	R\$ 350.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.023000-3.1.91.13	9214	R\$ 40.000,00
Total Art. 43, § 1º, III - L.4.320/64					R\$ 390.000,00
Total					R\$ 413.625,42

§ 1º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 23.625,42 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

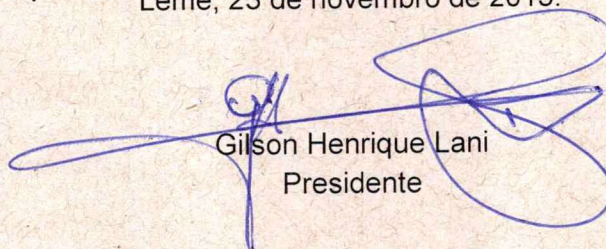
§ 2º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), correrá por conta de **anulação parcial**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.008000-3.3.90.30	2277	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.008000-3.3.90.39	2295	R\$ 50.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.008000-4.4.90.52	2308	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.023000-3.3.90.30	2383	R\$ 290.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.099040-3.3.90.30	2499	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.099040-3.3.90.36	2509	R\$ 10.000,00
6	5	300.0026	02.11.01-103010016.2.099040-3.3.90.39	2515	R\$ 10.000,00
TOTAL					R\$ 390.000,00

**Artigo 2º** - As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2015.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 23 de novembro de 2015.

  
Gilson Henrique Lani  
Presidente